



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2/2022 - PRES/DG/STIC/COSEIC

1 - INTRODUÇÃO

1.1. Em atendimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, nos incisos I, III, V c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019 e da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, esta equipe de planejamento elabora o presente Termo de Referência, com vistas à contratação de solução de comunicação de dados para interligar a sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia com suas unidades no interior do Estado e serviço de banda larga sob demanda para atender a atividades temporárias e externas às unidade.

2 - OBJETO

2.1. Contratação de serviços de Links de comunicação redundantes para prover acesso à Internet a toda a Justiça Eleitoral de Rondônia, além de suportar os serviços de trabalho remoto e transmissão de resultados das Eleições, para atender ao Documento de Oficialização da Demanda - DOD (0724056).

Tabela 1 - Objeto

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD
01	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	33
02	Link de acesso a Internet redundante, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	33
03	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 100 (cem) Mbps	Mensalidade	18
04	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 50 (cinquenta) Mbps	Mensalidade	240

2.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

2.2.1. Item 01 - Link de acesso à Internet de 500 (quinhentos) Mbps.

Requisitos:

2.2.1.1. Prover comunicação de dados entre a Justiça Eleitoral de Rondônia e a rede mundial de computadores;

2.2.1.2. Serviço dedicado de acesso à internet com os seguintes requisitos do enlace:

2.2.1.2.1. mínimo de **08 (oito) endereços IPs Fixos e válidos** livres para uso pela Contratante;

2.2.1.2.2. largura de banda (throughput) simétrico de **500Mbps (quinhentos megabits por segundo)**;

2.2.1.2.3. tempo de resposta menor que **80ms (oitenta milissegundos)**;

2.2.1.2.4. prazo para restabelecimento do enlace **menor que 06 horas**;

2.2.1.3. A contratada deve atender, também, aos seguintes requisitos de interligação de backbones:

2.2.1.3.1. Deverá possuir canais dedicados, interligando-o diretamente a, pelo menos, **02 (dois) Sistemas Autônomos (Autonomous Systems - AS)** nacionais com velocidade mínima de 10 Gbps.

2.2.1.3.2. A CONTRATADA deve estar ligada a **no mínimo 02 PTT's** (Ponto de Troca de Tráfego Nacionais);

2.2.1.3.3. A Contratada deve ter conexão direta com, pelo menos, **01 (um) AS internacional** com velocidade mínima de 05Gbps;

2.2.1.4. Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação dos links instalados devem ser fornecidos pela contratada.

2.2.1.5. A Contratada deverá disponibilizar meios de aferir a velocidade dos links instalados. Caso esse requisito não seja atendido, a contratada não poderá refutar os meios utilizados pela contratante para aferir as velocidades contratadas.

2.2.1.5.1. Deverá possibilitar consultas SNMP pela contratante ao roteador do serviço, por meio do cadastro de community read-only.

2.2.1.6. Os serviços de acesso deverão ficar disponíveis na modalidade 24h/dia, 7dias/semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão.

2.2.1.7. Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24h/dia, 7 dias/semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a

banda disponível em cada acesso.

2.2.1.8. Ativos de rede (roteadores; modems):

2.2.1.8.1. Roteadores devem ser dimensionados para que tenham capacidade de encaminhamento de pacotes IP, em pacotes por segundo, compatíveis com as velocidades dos links conectados, limitado o uso de memória a 70% do total disponível quando da carga máxima da CPU;

2.2.1.8.2. Caso seja identificado, durante a execução do contrato, um roteador com uso máximo de CPU e memória acima dos limites estabelecidos, o mesmo deverá ser substituído ou atualizado, sem ônus para a Justiça Eleitoral;

2.2.1.8.3. LAN: Mínimo de 2 (duas) interfaces SFP 1000Base-SX ou RJ45 100/1000BaseT para interconexão com o ambiente de rede do local de instalação;

2.2.1.8.4. WAN: Número suficiente de interfaces para conexão com os enlaces WAN fornecidos;

2.2.1.8.5. Poderá ser utilizado modem ou outro equipamento para permitir a conexão do roteador CPE ao ambiente WAN da contratada;

2.2.1.8.6. Todos os equipamentos devem possuir capacidade de alimentação por corrente alternada em tensão na faixa de 110 a 220V.

2.2.1.9. Local de instalação:

Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia Av. Presidente Dutra, 1889 - Baixa União CEP 76.805-901 - Porto Velho, Rondônia

2.2.2. Item 02 - Link backup de acesso à Internet de 500 (quinhentos) Mbps.

Requisitos:

2.2.2.1. Prover comunicação de dados entre a Justiça Eleitoral de Rondônia e a rede mundial de computadores;

2.2.2.2. Serviço dedicado de acesso à internet observadas as seguintes métricas:

2.2.2.2.1. mínimo de **08 (oito) endereços IPs Fixos e válidos** livres para uso pela Contratante;

2.2.2.2.2. largura de banda (throughput) simétrico de **500Mbps (quinhentos megabits por segundo)**;

2.2.2.2.3. tempo de resposta menor que **80ms (oitenta milissegundos)**;

2.2.2.2.4. prazo para restabelecimento do enlace **menor que 06 horas**;

2.2.2.3. A contratada deve atender, também, aos seguintes requisitos de interligação de backbones:

2.2.2.3.1. Deverá possuir canais dedicados, interligando-o diretamente a, pelo menos, **02 (dois) Sistemas Autônomos (Autonomous Systems - AS)** nacionais com velocidade mínima de 10 Gbps;

2.2.2.3.2. A CONTRATADA deve estar ligada a **no mínimo 02 PTT's** (Ponto de Troca de Tráfego Nacionais);

2.2.2.3.3. A Contratada deve ter conexão direta com, pelo menos, **01 (um) AS internacional** com velocidade mínima de 05Gbps;

2.2.2.4. Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação dos links instalados devem ser fornecidos pela contratada.

2.2.2.5. A Contratada deverá disponibilizar meios de aferir a velocidade dos links instalados. Caso esse requisito não seja atendido, a contratada não poderá refutar os meios utilizados pela contratante para aferir as velocidades contratadas.

2.2.2.5.1. Deverá possibilitar consultas SNMP pela contratante ao roteador do serviço, por meio do cadastro de community read-only.

2.2.2.6. Os serviços de acesso deverão ficar disponíveis na modalidade 24h/dia, 7dias/semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão.

2.2.2.7. Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24h/dia, 7 dias/semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda disponível em cada acesso.

2.2.2.8. Ativos de rede (roteadores; modems):

2.2.2.8.1. Roteadores devem ser dimensionados para que tenham capacidade de encaminhamento de pacotes IP, em pacotes por segundo, compatíveis com as velocidades dos links conectados, limitado o uso de memória a 70% do total disponível quando da carga máxima da CPU;

2.2.2.8.2. Caso seja identificado, durante a execução do contrato, um roteador com uso máximo de CPU e memória acima dos limites estabelecidos, ele deverá ser substituído ou atualizado, sem ônus para a Justiça Eleitoral;

2.2.2.8.3. LAN: Mínimo de 2 (duas) interfaces SFP 1000Base-SX ou RJ45 100/1000BaseT para interconexão com o ambiente de rede do local de instalação;

2.2.2.8.4. WAN: Número suficiente de interfaces para conexão com os enlaces WAN fornecidos;

2.2.2.8.5. Poderá ser utilizado modem ou outro equipamento para permitir a conexão do roteador CPE ao ambiente WAN da contratada;

2.2.2.8.6. Todos os equipamentos devem possuir capacidade de alimentação por corrente alternada em tensão na faixa de 110 a 220V.

2.2.2.9. Local de instalação:

2.2.3. Item 03 - Link eventual de acesso à Internet Banda Larga de 100 (cem) Mbps.

Requisitos:

2.2.3.1. Prover link eventual de comunicação de dados entre as localidades informadas pela contratada e a rede mundial de computadores;

2.2.3.2. Abrangência:

2.2.3.2.1 Toda área urbana de Porto Velho;

2.2.3.3. Serviço compartilhado de acesso à internet atendendo as seguintes métricas:

2.2.3.3.1. largura de banda (throughput) para **download** maior ou igual a **100Mbps (cem megabits por segundo)**;

2.2.3.3.2. largura de banda (throughput) para **upload** maior do que **20Mbps (vinte megabits por segundo)**;

2.2.3.3.3. tempo de resposta menor que **100ms (cem milissegundos)**;

2.2.3.3.4. prazo para restabelecimento do enlace menor que 12 h (doze horas);

2.2.3.4. Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação dos links instalados devem ser fornecidos pela contratada.

2.2.3.5. Os serviços de acesso deverão ficar disponíveis na modalidade 24h/dia, 7dias/semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão.

2.2.3.6. Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24h/dia, 7 dias/semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda disponível em cada acesso.

2.2.3.7. Ativos de rede (modems/roteadores):

2.2.3.7.1. Modems/Roteadores devem ser dimensionados para que tenham capacidade de encaminhamento de pacotes TCP/IP, compatíveis com as velocidades dos links conectados;

2.2.3.7.2. LAN: Mínimo de 1 (uma) interface RJ45 10/100BaseT e função wi-fi para interconexão com o equipamento da contratante no local de instalação;

2.2.3.7.3. WAN: Número suficiente de interfaces para conexão com o enlace WAN fornecido;

2.2.3.7.4. O equipamento deve possuir capacidade de alimentação por corrente alternada em tensão na faixa de 110 a 220V.

2.2.3.8. Local de instalação: conforme indicação na Ordem de serviço.

2.2.4. - Item 04 - Link eventual de acesso à Internet Banda Larga de 50 (cinquenta) Mbps

Requisitos comuns, acrescidos de:

2.2.4.1. Prover link eventual de comunicação de dados entre o local de instalação e a rede mundial de computadores;

2.2.4.2. Abrangência:

2.2.4.2.1. mínima de todas as 52 zonas urbanas dos municípios do Estado de Rondônia e;

2.2.4.2.2. pelo menos, 11 (33%) das localidades listadas na ***Tabela 2 - Localidades rurais***;

2.2.4.2.3. eventuais localidades listadas na ***Tabela 3 - Localidades de difícil acesso***;

2.2.4.3. Serviço compartilhado de acesso à internet atendendo as seguintes métricas:

2.2.4.3.1. largura de banda (throughput) para **download** maior ou igual a **50Mbps (cinquenta megabits por segundo)**;

2.2.4.3.2. largura de banda (throughput) para **upload** maior do que **10Mbps (dez megabits por segundo)**;

2.2.4.3.3. tempo de resposta menor que **100ms (cem milissegundos)**;

2.2.4.3.4. prazo para restabelecimento do enlace menor que 12 h (doze horas);

2.2.4.4. Em caso de inviabilidade de velocidades maiores, **serão aceitas reduções das velocidades** contratadas em até:

2.2.4.4.1. **80%** para as instalações fora do perímetro urbano:

a) largura de banda para download maior ou igual a **10 Mbps (dez megabits por segundo)**;

2.2.4.4.2. **90%** para instalações nas localidades listadas na ***Tabela 2 - Localidades rurais e Tabela 3 - Localidades de difícil acesso***:

a) largura de banda para download maior ou igual a **5 Mbps (cinco megabits por segundo)**;

2.2.4.4.3. Para ambos os casos tempo de resposta menor que **200ms (duzentos milissegundos)**;

2.2.4.5. Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação dos links instalados devem ser fornecidos pela contratada.

2.2.4.6. Os serviços de acesso deverão ficar disponíveis na modalidade 24h/dia, 7dias/semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão.

2.2.4.7. Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24h/dia, 7 dias/semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda disponível em cada acesso.

2.2.4.8. Ativos de rede (modems/roteadores):

2.2.4.8.1. Modems/Roteadores devem ser dimensionados para que tenham capacidade de encaminhamento de pacotes TCP/IP, compatíveis com as velocidades dos links conectados;

2.2.4.8.2. LAN: Mínimo de 1 (uma) interface RJ45 10/100BaseT para interconexão com o equipamento da contratante no local de instalação;

2.2.4.8.3. WAN: Número suficiente de interfaces para conexão com o enlace WAN fornecido;

2.2.4.8.4. O equipamento deve possuir capacidade de alimentação por corrente alternada em tensão na faixa de 100 a 240V.

2.2.4.9. Local de instalação: conforme indicação na Ordem de serviço.

Tabela 2 - Localidades rurais

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA
Nova Mamoré	Escola Onorina de Souza	Distrito de Nova Dimensão - Linha 28	-10.3648917	-64.8038548
Nova Mamoré	Escola Candido Rondon	3ª Linha do Ribeirão	-10.1349431	-65.1797249
Nova Mamoré	Escola Pedro Mendes Cardoso	Distrito de Jacinópolis	-10.2710917	-64.2823415
Itapuã do Oeste	Cecilia Meireles - Escola Municipal	Linha B40 Km 4 - Setor Rural	-9.285073	-63.2024021
Itapuã do Oeste	Monteiro Lobato - Escola Municipal	Linha 623 - Km 40 Bairro : Zona Rural	-9.1575541	-63.3688143
Porto Velho	Escola Municipal José de Freitas	Linha 9 Bairro : Projeto Assentamento Joana D'arc I	-8.9785946	-64.3159764
Porto Velho	Escola Municipal Riacho Azul	Ramal São Domingos - Km 18 - Reassentamento Riacho Azul	-8.8098326	-64.0287324
Porto Velho	Escola Municipal José Rodrigues	Linha Mucum Bairro : Vila Franciscana	-8.770001	-64.0783213
Costa Marques	Escola Ilton José Martins	BR 429 Km 58 - Distrito São Domingos do Guaporé	-12.0753802	-64.0295475
São Francisco do Guaporé	Escola Municipal Pereira E. Cáceres (Porto Murtinho)	Estrada Porto Murtinho, Km 15, Linha 8, 30 Km da Sede -Bairro: Distrito Porto Murtinho	-12.1910155	-63.4474603
Porto Velho	Escola Marechal Cândido Rondon	Distrito de Abunã	-9.6986392	-65.3677618
Porto Velho	Escola Barão do Rio Branco	Distrito de Fortaleza do Abunã	-9.7813938	-65.5290656
Porto Velho	Escola Santa Júlia	Comunidade Taquara	-9.8665328	-65.2685271
Porto Velho	Associação dos Moradores da Linha 01	Distrito de União Bandeirantes	-9.5738221	-64.5149607
Porto Velho	Escola Rio Pardo	Distrito de Rio Pardo	-9.6262801	-63.9670073
Porto Velho	Associação Marco Azul (Via Alto Paraíso)	Comunidade Marco Azul	-9.7915781	-63.7773151
Porto Velho	Escola Flor do Cupuaçu	Reassentamento Santa Rita	-9.1117982	-64.1677903
Porto Velho	Aldeia Central – T.I. Karitiana	Aldeia Karitiana	-9.295965	-64.003084
Pimenta Bueno	Assentamento Marcos Freire	Estrada Da Produção	-11.9809487	-61.0887483
Espigão do Oeste	Aldeia Indígena - Cinta Larga	Aldeia Roosevelt	-11.4914152	-60.4653853
Alta Floresta D'Oeste	Escola Municipal Ana Nery - Porto Rolim	Rolim De Moura Do Guaporé	-13.0836601	-62.277121
Alta Floresta D'Oeste	Izidoro Stedille - Escola Municipal	Dist. de Izidolândia, S/N	-12.6032375	-62.1752348
Alta Floresta D'Oeste	Padre Feijó - Escola Municipal - Filadélfia	Linha 105 C/ 152, Km 75, Filadélfia	-12.4368849	-62.04247
Alta Floresta D'Oeste	Boatt Gerainny - Escola Estadual -	Terra Indígena Rio Branco	-12.0052106	-62.4883623

	Aldeia Sao Luiz			
Alto Alegre dos Parecis	João Paulo I - Escola Municipal	Linha 110, Km 135 - Vila Bosco	-12.5080479	-61.619208
Alto Alegre dos Parecis	Fernando Sabino - Escola Municipal (Flor da Serra)	Linha P 40 Km 105 Dist. Flor Da Serra - (69) 8454-2991 Bairro: Distrito Flor Da Serra	-12.4567914	-61.9139671
Parecis	Dom Pedro II - Escola Municipal (Pé de Galinha)	Linha Kapa 24, Comunidade Sao Pedro Bairro: Zona Rural	-12.3235837	-61.2866779
Porto Velho	Escola Municipal Henrique Dias	Rua Padre Chiquinho, S/N - Fone Pub. 3230-1030 - Bairro : Distrito São Carlos	-8.4375662	-63.4994858
Porto Velho	Escola Municipal Maria Angelica Queiroz	Distrito Nova Aliança Distrito. De Nova Aliança	-8.6097235	-63.5423095
Porto Velho	Escola Municipal Deigmar Moraes de Souza	Estrada 28 de Novembro S/N Ramal da Penal Bairro: Distrito Cujubim Grande	-8.5857853	-63.7299187
Candeias do Jamari	Escola Cândido Giacomett - PA Flor do Amazonas	Entrocamento Das Linhas 01 E 02 Bairro : Projeto de Assentamento Flor do Amazonas	-8.9800382	-63.5830756
Candeias do Jamari	Escola Mário Covas - Vila Samuel	Vila Nova Samuel - Linha 45	-8.6582968	-63.4123462
Candeias do Jamari	Escola PA Jequitiba	Linha 35 - Km 28 - Vila Boa Esperança Bairro : Projeto de Assentamento Jequitibá	-8.6855096	-63.182756
Machadinho D'Oeste	Escola Municipal Carlos Chagas	Linha MC 01, Km 77, Núcleo Oriente Novo, Zona Rural	-9.5897758	-62.3938199
Machadinho D'Oeste	Escola Municipal João Paulo II	Linha MA 28, Km 75, Núcleo Entre Rios, Zona Rural	-9.1746589	-61.7284117
Machadinho D'Oeste	Escola Municipal Padre Angelo Cerri	RO 133, Km 80, Rua Principal, Distrito Tabajara	-8.9338002	-62.0556962

Tabela 3 - Localidades rurais de difícil acesso

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA
Guajará-Mirim	Escola Salomão Justiniano de Melgar - Distrito de Surpresa	Distrito de Surpresa (Via Fluvial)	-11.881789	-65.019885
Guajará-Mirim	Escola 05 de Julho	Distrito de Ricardo Franco (Fluvial)	-12.01618	-64.82785
Guajará-Mirim	Escola Abrao Koop - Pacaas Novas	Aldeia Indígena de Santo André (Aéreo)	-11.16433	-64.85325
Guajará-Mirim	Escola Possidonio Bastos - Rio Negro Ocaia	Aldeia Indígena Rio Negro Ocaia (Aéreo)	-11.18264	-64.83465
São Francisco do Guaporé	Escola Mun. Euclides da Cunha - (Pedras Negras)	Distrito. Pedras Negras - Rio Guaporé, 600 Km da Sede	-12.852261	-62.901318
Alta Floresta D'Oeste	Kon' Coatt Tupari - Escola Estadual - Aldeia Cajuí (18 km terra + 2 hs de barco 2 tripulante)	Terra Indígena Rio Branco	-12.347236	-62.796459
Porto Velho	Escola Municipal General Osorio	Rua São Jose, S/N - Bairro São Jose - Bairro : Distrito Calama	-8.0240454	-62.873300
Porto Velho	Escola Municipal Aquiles Chaves Paraguassu	Localidade de Papagaios - Baixo Madeira Bairro : Distrito Papagaios	-8.1801129	-63.090413
Porto Velho	Escola Municipal Manoel Maciel Nunes	Rio Madeira S/N Bairro : Distrito Nazaré	-8.1624835	-63.320262
Porto Velho	Escola Estadual Joao de Barros Gouveia	Distrito Demarcação. Distrito. Demarcação - Rio Machado - Bairro: Distrito Demarcação Rio Machado	-8.1710853	-62.779303
Porto Velho	Escola Municipal Francisco Braga	Sede da Reserva Extrativista do Lago do Cuniã, Bairro : Reserva Lago do Cuniã	-8.3178564	-63.497619
Porto Velho	Escola Municipal Castro Alves	Endereço : Santa Catarina S/N Baixo Madeira	-8.2350884	-63.253809

2.2.5. Item 05 - Removido

2.2.6. Item 06 - Removido

2.2.7 - Suporte Técnico e SLA (Acordo de Nível de Serviço)

2.2.7.1. A CONTRATADA deverá prestar suporte a contratante por meio de **telefone 0800, Sistema WEB e/ou e-mail, durante 24h/dia, 7 dias/semana**, inclusive sábados, domingos e feriados;

2.2.7.2. O tempo máximo para atendimento dos chamados será de:

2.2.7.2.1. **6h (seis horas)** após a abertura do chamado para os **links dedicados de Internet (itens 01 e 02)**;

2.2.7.2.1. **12h (doze horas)** após a abertura do chamado para os **links de Internet banda larga (itens 03 e 04)**;

2.2.7.2.3. No período compreendido entre os 07 (sete) dias que antecedem e os 02 (dois) dias que sucedem a data de pleitos eleitorais, o tempo de solução dos problemas nos serviços poderá ser reduzido até pela metade do tempo;

2.2.7.2.4. As partes acordarão a redução do tempo de solução dos problemas nos serviços com antecedência de 15 (quinze) dias do início do período.

2.2.7.3. Os links deverão atender aos seguintes níveis de qualidade:

2.2.7.3.1. **Links dedicados de Internet (itens 01 e 02):**

2.2.7.3.1.1. disponibilidade do enlace maior do que **99,7% (noventa e nove e sete décimos por cento)**;

2.2.7.3.1.2. perda de pacotes menor que **2% (dois por cento)**;

2.2.7.3.1.3. tempo de resposta menor que **80ms (oitenta milissegundos)**;

2.2.7.3.2. **Links de Internet banda larga (itens 03 e 04):**

2.2.7.3.2.1. garantia de banda mensal média de **80% (oitenta por cento)**;

2.2.7.3.2.2. disponibilidade do enlace maior do que **96% (noventa e seis por cento)**;

2.2.7.3.2.3. perda de pacotes menor que **5% (cinco por cento)**;

2.2.7.4. Qualquer funcionamento fora dos parâmetros definidos no item 2.2.7.3 será considerado como link indisponível até que os parâmetros voltem a ser atendidos;

2.2.7.4.1. A indisponibilidade do link dentro do SLA previsto sujeita a contratada a desconto na fatura mensal, proporcional ao tempo de indisponibilidade;

2.2.7.4.2. A indisponibilidade do link acima do SLA previsto terá seu desconto calculado em dobro, sem prejuízo às demais penalidades previstas neste TR;

2.2.7.5. A verificação do cumprimento do SLA definido no item 2.2.7.3 deste Termo de Referência será feita com base em **monitoramento por ferramenta ZABBIX ou VMware Realize Operations Manager** da contratante e/ou outra oferecida pela contratada, desde que aceita pela contratante na **reunião inicial** das partes. Considerando que:

2.2.7.5.1. O PNF – Período de Não Funcionamento do link será computado em minutos a partir da indisponibilidade do enlace;

2.2.7.5.2. O término do PNF será computado a partir do aceite da manutenção (fechamento do chamado) obrigatoriamente feito por um dos técnicos da Seção de Infraestrutura e Comunicação do TRE-RO, ou outra que venha a se responsabilizar pela fiscalização deste contrato, sendo necessária a identificação deste técnico responsável pelo fechamento do chamado;

2.2.7.5.3. O somatório mensal de PNF em minutos (“períodos de não funcionamento do link”) será o tempo considerado como base para avaliar o cumprimento do SLA, e será tomado como base para a aplicação de todos os descontos e penalidades previstas neste documento devido ao não cumprimento deste requisito;

2.2.7.5.4. Não serão computados no PNF os minutos de paradas programadas, solicitadas com antecedência mínima de 72h a contratante, que poderá indeferir o pedido em razão de conflito do período com atividades essenciais do órgão;

2.2.8. Prazos de instalação

2.2.8.1. A contratada deve seguir os seguintes prazos, contados do recebimento da ordem de serviço:

2.2.8.1.1. **Instalação** de novo circuito ou alteração de endereço:

a) Links **dedicados** de Internet em até **30 (trinta) dias corridos**;

b) Links de Internet **banda larga** em até **07 (sete) dias corridos**;

c) Excepcionalmente, os prazos de instalação poderão ser alterados, desde que acordado previamente entre as partes;

2.2.8.1.2. Após a instalação, o enlace iniciará sua operação por um Período de Funcionamento Experimental - PFE, para testes e ajustes, de:

a) 15 dias corridos, no caso dos links dedicados (itens 01 e 02);

b) 03 dias corridos, no caso dos links banda larga (itens 03 e 04);

2.2.8.1.3. Em caso de interrupção do funcionamento do serviço contratado durante o período experimental, um novo PFE terá início a partir da reativação do serviço;

a) A interrupção referida no item anterior poderá ocorrer, no máximo, duas vezes, após esse limite poderão ser aplicadas as penalidades previstas;

b) Passado o PFE sem ocorrências, o recebimento da instalação será automático, e o circuito estará apto para faturamento;

c) No caso de links instalados para atender períodos curtos e pré determinados, a interrupção dos serviços que prejudique o andamento dos serviços poderá caracterizar inexecução contratual.

2.2.8.1.4. Desinstalação de circuitos, inclusive recolhimento de equipamentos, em até 10 dias corridos;

a) Em casos de evento com período informado (início e fim) na solicitação de instalação, o recolhimento deve ocorrer no dia seguinte ao final do evento, o recolhimento poderá ocorrer na sede do respectivo cartório eleitoral, caso assim seja acordado durante a instalação;

b) Para fins de faturamento, será considerado a data do pedido como último dia de funcionamento do circuito, para tanto, o TRE-RO se compromete a não mais utilizar o referido;

c) Equipamentos que não forem recolhidos em até 1 (um) ano, poderão ser incorporadas ao patrimônio da contratante e/ou classificados como inservíveis para fazer parte de processos de doação;

2.2.9. Taxa de Instalação e Pagamento Proporcional

2.2.9.1. Será admitida a cobrança de taxa de instalação no valor de até 01 mensalidade na implantação dos links ou em eventuais alterações de endereços;

2.2.9.2. Links de acesso à **Internet Banda Larga (itens 3 ou 4)**, **SERÁ** admitida a cobrança de taxa de instalação no valor de até 01 mensalidade;

2.2.9.2.1. Em caso de instalação nas **localidades** listadas nas **Tabelas 2**, será admitida **taxa de instalação com valor até o dobro (2x)**;

2.2.9.2.2. Em caso de instalação nas **localidades** listadas nas **Tabelas 3**, será admitida **taxa de instalação com valor até o triplo (3x)**;

2.2.9.3. Poderão ser solicitados **links** para eventos de **curta duração**, para os quais será devido o **valor proporcional** da mensalidade;

2.2.9.3.1. Para eventos com duração de **até 15 dias** será devido percentual de **50% (cinquenta por cento) do valor** de uma mensalidade, com vista a não inviabilizar financeiramente o atendimento;

2.2.9.3.2. Eventos com duração maior serão pagos proporcionalmente;

2.3 DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA COMUNS À TODOS OS ITENS:

2.3.1 As empresas fornecedoras da solução são integralmente responsáveis pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações fornecidos pelo TRE-RO ou contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias de que venham a ter conhecimento durante a etapa de repasse, de execução dos trabalhos e de encerramento dos serviços, não podendo, se não formalmente autorizado pelo TRE-RO, sob qualquer pretexto e forma, divulgá-los, reproduzi-los ou utilizá-los a qualquer tempo.

2.3.2 As empresas deverão possuir nas suas instalações e/ou onde atividades serão executadas de modo remoto, padrões de segurança da informação e de tecnologia da informação para evitar a perda ou o vazamento de informação, ataques externos e tentativas de invasão, como firewall e sistemas antivírus.

2.3.3 Deverá ser assinado **Termo de responsabilidade e sigilo** pelas contratadas de cada solução, por meio de seu representante legal, estabelecendo o compromisso de não divulgar, não reproduzir e não utilizar nenhum assunto tratado ou produto resultante da prestação de serviços objeto da licitação, conforme **ANEXO III DESTE TR**.

2.3.4 A contratada compromete-se, também, a adotar boas práticas de segurança da informação, caso ainda não tenha uma política de segurança da informação implantada, e exigir que cada profissional a serviço da empresa tome ciência do **Termo de responsabilidade e sigilo** assinado pela contratada.

2.3.5 O correio eletrônico e a navegação em sítios da internet a partir do ambiente de rede do TRE-RO poderão, a exclusivo critério da TRE-RO, ser objeto de controle e auditoria.

2.3.6 A contratada deverá manter o controle da segurança física e lógica de seus ambientes operacionais, estabelecendo as políticas de segurança a serem aplicadas aos serviços de telecomunicações contratados.

2.3.7 Como boa prática, a contratada poderá manter em seus quadros técnicos especialistas em segurança e, também, prover serviços específicos de prevenção e reação a incidentes de segurança em Tecnologia da Informação.

2.3.8 A contratada deverá configurar de maneira apropriada os elementos de rede para habilitar o log dos eventos da rede do TRE-RO, tais como conexões externas e registros de utilização de serviços (arquivos transferidos via FTP, acessos a páginas web e tentativas de login não autorizado).

2.3.9 A contratada deverá notificar imediatamente ao TRE-RO sempre que for detectada ameaça ou ataque à rede contratada, informando o tipo da ocorrência a ação de resposta e as recomendações pertinentes.

2.3.9 A contratada deverá aplicar e manter atualizados os patches de segurança nos seus roteadores ou em outros equipamentos de suas redes, utilizados para atender ao TRE-RO.

2.4 CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DISCIPLINADA PELA RESOLUÇÃO CNJ N. 182/2013:

2.4.1 Conforme o Documento de Oficialização de Demanda subscrito pelo senhor Secretário da STI (0724056), os

serviços foram enquadrados no conceito de **Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação** definida pelo Art. 2º, inciso XXVI, da Resolução CNJ n. 182/2013.

2.4.2 Referido normativo prevê que as contratações dessa natureza serão antecedidas por uma fase de planejamento (art. 6º c/c art. 12). As etapas dos estudos preliminares estão listadas no § 1º do artigo 12. Os artefatos constantes dos estudos preliminares foram juntados nos eventos 0832627, 0832628, 0832629 e 0832632.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A atual estrutura de acesso à Internet deste Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia dispõe de 02 pontos de acesso cujos contratos (CT. nº 15 e 16/2017) vencem no final de outubro do corrente ano, e já não admitem renovações, ou seja, faz-se necessária uma nova contratação para os referidos serviços de telecomunicação.

3.2. Considerando o significativo crescimento do uso de recursos de TI, seja pela implantação de novos sistemas ou pela digitalização de procedimentos anteriormente manuais, que é uma tendência mundial para melhor eficiência e agilidade dos atendimentos tanto do público interno quanto externos, a falta desses pode trazer prejuízos imensuráveis ao bom andamento das atividades laborais deste regional, além de prejuízos no atendimento à sociedade.

3.3. A solução prevista nesta contratação prevê maior desempenho aos links destinados aos Data Centers do TRE-RO, com vista a atender à crescente demanda de comunicação com qualidade, segurança, otimização de custos e possibilitando futuras adoções de trabalho remoto ou home office, facilitando o aumento de produtividade e flexibilizando o uso dos recursos conforme necessidades.

3.4. Além disso, foram previstas novas soluções de acesso à Internet na modalidade banda larga para contratação eventual que visam atender as demandas de comunicação, principalmente, em período eleitoral, quando diversos ambientes fora das dependências do TRE são temporariamente criados, tais como JE-Crime, Ambiente de Teste de Integridade, Totalização, Apuração, Comissão de Transportes e outros, além de links com menor capacidade a serem utilizados tanto para atender locais de votação com infraestrutura precária em período eleitoral, quanto para operações itinerantes fora destes períodos.

3.5. Este serviço é de natureza continuada pois tratar-se de serviço auxiliar necessário ao desempenho das atribuições do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, de forma que eventual interrupção do serviço comprometeria a continuidade das atividades, motivo pelo qual a contratação estender-se-á por mais de um exercício financeiro.

3.6. DOS QUANTITATIVOS:

3.6.1. O quantitativo de mensalidades foi levantado com base nas seguintes demandas:

3.6.1.1. Item 1 - Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps

3.6.1.1.1. Este item tem caráter de instalação permanente, não havendo previsão de alterações de endereço ou desativação durante toda a vigência contratual, de forma que foram previstas 01 taxa de instalação e 30 mensalidades para o pagamento da execução contratual e outras 2 mensalidades para eventual necessidade de mudança de endereço. Total de **33 mensalidades**.

3.6.1.2. Item 2 - Link de acesso a Internet redundante, 500 (quinhentos) Mbps

3.6.1.2.1. Este item tem caráter de instalação permanente, não havendo previsão de alterações de endereço ou desativação durante toda a vigência contratual, de forma que foram previstas 01 taxa de instalação e 30 mensalidades para o pagamento da execução contratual e outras 2 mensalidades para eventual necessidade de mudança de endereço. Total de **33 mensalidades**.

3.6.1.3. Item 3 - Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 100 (cem) Mbps

3.6.1.3.1. Este item tem caráter de instalação eventual, ou seja, seu uso e pagamentos serão sob demanda. O total de **18 mensalidades** foram previstas para as seguintes eventuais demandas durante a vigência contratual:

- Atender até **06 eventos de eleição** com pagamento de **taxa de instalação** e até **02 (duas) mensalidades**;
 - Total **18 mensalidades**.

3.6.1.4. Item 4 - Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 50 (cinquenta) Mbps

3.6.1.4.1. Este item tem caráter de instalação eventual, ou seja, seu uso e pagamentos serão sob demanda. O total de **240 mensalidades** foram previstas para as seguintes eventuais demandas durante a vigência contratual:

- Atender até **04 links permanentes** durante toda a vigência contratual (**04 instalações e 28 mensalidades cada**), com até **4 mudanças de endereço**;
 - Total **120 mensalidades**.
- Atender até **15 eventos de eleição** nas localidades da **tabela 2**, com pagamento de **taxa de instalação em dobro** e até **02 (duas) mensalidades**;
 - Total **60 mensalidades**.
- Atender até **12 eventos de eleição** nas localidades da **tabela 3**, com pagamento de **taxa de instalação tripla** e

- até **02 (duas) mensalidades;**
 - Total **60 mensalidades.**

3.6.1.5. Removido

3.6.1.6. Removido

3.7. DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

3.7.1. O presente termo de referência tem por intuito atender aos seguintes princípios:

3.7.1.1. DO PLANEJAMENTO: Este Termo de Referência dá cumprimento ao Plano de Contratações de TIC 2022 (evento 0715308), item 2022-C03 onde se registrou o vínculo com o objetivo número 8 da ENTIC-JUD, de "Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas."

3.7.1.2. DA OBJETIVIDADE: Este documento dá ciência à alta administração do TRE-RO no sentido de que conheça as necessidades desta secretaria, e caso autorizado possibilite a contratação dos serviços solicitados.

3.7.1.3. DA EFICIÊNCIA: Em função da constante evolução das tecnologias e das restrições burocráticas da contratação por órgãos públicos, torna-se mais eficiente a contratação de serviços com o fornecimento de equipamentos em comodato de forma a garantir a manutenção do serviço e solução de problemas. Assim como as atualizações e substituições destes equipamentos é facilitada tendo em vista que não estão incorporados ao patrimônio da administração.

3.7.1.4. DA QUALIDADE: Considerando que este termo especifica as características mínimas necessárias para o prestação dos serviços, a empresa contratada proverá os equipamentos e insumos necessários para garantir a qualidade deste serviço.

3.7.1.5. DA ECONOMICIDADE: Atualmente este Regional conta com contratos de acesso a Internet com velocidades limitadas, resultado da falta de competitividade e da capacidade limitada das operadoras quando da contratação. Com a entrada de novas empresas para competir no mercado e utilização de novas tecnologias, visamos melhorar nossos serviços com velocidades maiores e um custo bem próximo ou até menor que o atual.

3.7.2. Além disso, a proposta aqui apresentada atua para dar cumprimento aos Objetivos Estratégicos traçados pelo CNJ, do Planejamento Estratégico do TRE-RO e das principais ações do PDTI da STI, a saber:

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CNJ:

- **Tema:** Infraestrutura e Tecnologia:

Garantir a infraestrutura de TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação) apropriada às atividades judiciais e administrativas.

Garantir a disponibilidade de sistemas de TIC essenciais ao judiciário

- **Tema:** Eficiência Operacional.

Primar pela satisfação do cliente TIC.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE-RO:

- **Tema:** Infraestrutura e tecnologia:

Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO TRE-RO:

- **Perspectiva:** Contribuição corporativa

Objetivo 2: Otimizar a aplicação dos recursos financeiros destinados a área de TI demonstrando de forma objetiva os retornos sobre os investimentos.

- **Perspectiva:** Excelência operacional:

Objetivo 5: Garantir a disponibilidade dos serviços de TI apropriadas às atividades judiciais e administrativas;

Objetivo 6: Garantir a estrutura de TI apropriada às atividades judiciais e administrativas

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PDTI

- Fornecer os meios e sistemas necessários para suportar a política de comunicação da Justiça Eleitoral;
- Ampliar serviços prestados aos usuários;

4. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.1. Serão exigidos critérios de sustentabilidade social e ambiental.

4.2. O Princípio do Desenvolvimento Sustentável foi albergado no art. **3º da Lei n. 8.666/93**, observado nas
Termo de Referência 2 (0892767) SEI 0002624-28.2021.6.22.8000 / pg. 9

etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

4.3. Por sua vez o **Art. 6º da Resolução CNJ n. 347/2020** estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem elaborar e implementar Planos de Logística Sustentável –PLS, cuja gestão está prevista no **Art. 4º da Resolução CNJ n. 400/2021**.

4.4. Neste Tribunal, o PLS 2020-2025 foi instituído através da **Portaria TRE-RO n.131/2020**. Após consulta ao referido Plano, verificou-se que não há ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável diretamente associadas à contratação destes serviços.

4.5. Todavia, o **Art. 21 da Resolução CNJ n. 400/2021** estatui que as aquisições e contratações realizadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras, citando entre eles alguns que constam da **Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010** que, de igual forma, também dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

4.6. Nesse sentido, como requisitos sociais e ambientais, a empresa prestadora dos serviços deverá:

4.6.1. Usar equipamentos homologados pela Anatel e ABNT, no que diz respeito a normas ambientais;

4.6.2. Para habilitação referente aos itens 19 a 29 (banheiros químicos) inclusos no objeto deste Termo de Referência, serão exigidos os documentos de Licenciamento Ambiental de Operação - LAO e Licença da Vigilância Sanitária - ANVISA, ambos expedidos por órgãos competentes para licenciar a instalação e operação de atividades e empreendimentos que utilizam recursos naturais, ou que sejam potencialmente poluidores ou ainda que possam causar degradação ambiental;

4.6.3. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

4.6.4. Dar preferência ao uso de bens constituídos por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2;

4.6.5. Todos documentos ou artefatos gerados pela contratada, salvo manifestação explícita pelo TRE-RO deverão ser entregues em formato digital respeitando-se as normas técnicas.

4.7. A qualquer momento, a fiscalização ou a gestão do contrato poderá realizar diligências e eventualmente notificar a empresa contratada para comprovar o cumprimento dessas exigências.

5. DO PREÇO

5.1 VALOR ESTIMADO

5.1.1. Visando assegurar maior consistência na pesquisa, foram considerados preços praticados com órgãos públicos (0888317) e propostas formais de possíveis fornecedores (0888322, 0888325 e 0888331).

5.1.1.1. Importante observar que dada a especificidade dos itens 04, 05 e 06, em especial de suas abrangências, não foram encontrados contratos com administração pública compatíveis com a contratação, de forma que considerou-se para a estimativa apenas as propostas recebidas de fornecedores locais.

5.1.2. Necessário o registro de que para viabilizar a comparação dos preços apurou-se para cada fonte pesquisada a largura de banda do link contratado em Megabits por segundo-Mbps (A) e o valor mensal pago (B), chegando-se ao valor unitário do Mbps dividindo B por A (B/A).

5.1.3. O valor estimado para a contratação dos serviços especificados neste termo de referência, para o período de 30 (trinta) meses, é de R\$ 1.312.029,60 (um milhão, trezentos e doze mil vinte e nove reais e sessenta centavos), conforme adiante demonstrado.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR TOTAL
1	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	R\$ 386.490,00
2	Link de acesso a Internet redundante, 500 (quinhentos) Mbps	R\$ 386.490,00
3	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 100 (cem) Mbps	R\$ 12.649,60
4	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 50 (cinquenta) Mbps	R\$ 526.400,00
TOTAL ESTIMADO		R\$ 1.312.029,60

6 - ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO:

6.1. A despesa decorrente do presente Termo de Referência substituirá os atuais Contratos n. 15/2017 e 16/2017 e foi programada/contemplada no Orçamento Anual do exercício de 2022, conforme dados do SIGEPRO. Segue abaixo, o quadro de fonte orçamentária e enquadramento da despesa:

FONTE ORÇAMENTÁRIA

Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por exercício			
			2022 (R\$)	2023 (R\$)	2024 (R\$)	2025 (R\$)
Ordinário	Contratos de Serviços de acesso à internet via links dedicados	TIC COMRED	57.180,00	421.833,33	417.446,67	135.333,33
Pleito	Contratação links de comunicação adic. p/ ambientes apuração, comissões e transm. de resultados	UEL APOIO	N/A	N/D	280.236,27	N/D
Total por exercício financeiro			57.180,00	414.773,33	697.682,93	139.720,00

6.2. Para o exercício de 2022 a previsão de execução orçamentária considerou a seguinte estimativa de uso imediato dos itens:

2022			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD
1	Instalação/Mudança de endereço	Evento	1
	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	2
2	Instalação	Evento	1
	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	2

6.2.1. Existe a possibilidade de ampliação do uso, em caso de redução substancial dos valores durante a licitação, bem como de suplementação orçamentária, em especial do orçamento de pleitos eleitorais para atender as demandas das zonas eleitorais ainda nas Eleições Gerais 2022.

6.3. Para os exercício de 2023 e 2024 as despesas serão suportadas pelos valores constantes das propostas orçamentárias do TRE-RO.

6.3.1. Conforme Informação 269 COFC (0891296) consta na proposta orçamentária de 2023 apenas R\$ 230.000,00 para este item de despesa, entretanto esta STIC vislumbra a possibilidade de substituição de outros contratos, com consequente remanejamento orçamentário dos contratos substituídos para este.

ESTIMATIVA DE USO 2023

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD
1	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	12
2	Link de acesso a Internet redundante, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	12
4	Instalação	Evento	4
	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 50 (cinquenta) Mbps	Mensalidade	48

6.3.2. Para os exercício de 2024 e 2025, serão incluídos nas propostas orçamentária ordinária e de pleitos eleitorais os valores necessários para a execução contratual para atender a demandas previstas, também com a possibilidade de substituição de contratos utilizados atualmente, a exemplo do CT. n. 18/2022 (0849349), dependendo das localidades atendidas pela presente contratação.

ESTIMATIVA DE USO 2024

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD
1	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	12
2	Link de acesso a Internet redundante, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	12
3	Instalação	Evento	6
	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 100 (cem) Mbps	Mensalidade	12
4	Instalação	Evento	48
	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 50 (cinquenta) Mbps	Mensalidade	86

ESTIMATIVA DE USO 2025

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD
1	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	4
2	Link de acesso a Internet redundante, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	4
4	Instalação	Evento	2
	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 50 (cinquenta) Mbps	Mensalidade	16

6.4. Observa-se que a presente contratação preve a efetiva instalação e uso durante toda vigência contratual apenas dos links de acesso a Internet dedicados (itens 01 e 02), enquanto que os links de Internet banda larga ainda que contratados e com as respectivas estimativas de uso, tem caráter eventual e poderão ter uso menor que o previsto.

6.4.1. Fator crucial na execução dos contrato do item 04 - Link eventual de acesso a Internet Banda Larga será o quantitativo de localidades das tabelas 2 e 3 que a CONTRATADA terá capacidade de atender, de forma que no caso das quantidade de localidades atendidas pela contratada sejam menores que a esperada pela administração, a execução contratual também ficará abaixo do estimado.

7 - DO CERTAME LICITATÓRIO

7.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

7.1.1. Embora a solução pretendida seja formada por tecnologia de comunicação, os elementos que a compõem são descritos com padrões usuais de mercado e de precificação objetiva. Dessa forma, trata-se de serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado padronizadas para todos os licitantes.

7.1.2. Como não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final da solução, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, **do tipo menor preço global, por item**, conforme composição de custo preenchida no Anexo I deste TR, consoante as condições definidas neste TR e com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/2002.

7.2 INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA TODOS OS ITENS:

7.2.1. Item 03: O serviço do item 03 está estimado em patamar inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) porém, não poderá ser destinados exclusivamente às ME/EPP's para não restringir a competição do item. Há um mercado bastante restrito entre essa categoria econômica de empresas e a destinação exclusiva também impediria a participação de empresas de maior porte existentes nesse mercado. Os dois fatores reunidos recomendam o afastamento da regra porque certamente restringirá o caráter competitivo do certame o que, em última análise, não será vantajoso à Administração, situação que se amolda à exceção contida no art. 49, III, da Lei Complementar n. 123/2006 e no art. 10, II, do Decreto n. 8.538/2015.

7.2.2. Demais itens: Os serviços especificados nos demais itens superam o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) porém, não são tecnicamente divisíveis porque, embora mensurados em diversas mensalidades, não há possibilidade de instalação e ativação do serviço por uma empresa e em determinado mês efetuar a mudança da empresa durante a execução do objeto, tampouco a execução por localidade seria possível, visto que o quantitativo de mensalidades é estimativo e tem sua execução flexível, de forma que a destinação de percentual do objeto para contratadas distintas poderia prejudicar a execução, resultando em aditivos contratuais futuros.

7.2.3. As ME/EPP's poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação (empate ficto).

7.3 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

7.3.1. As propostas deverão cumprir todos os requisitos e condições estabelecidas neste instrumento;

7.3.2. Além do cumprimento aos requisitos técnicos, as propostas deverão apresentar de forma clara e objetiva todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando os preços unitários e totais, mediante preenchimento do **Anexo I - Modelo padrão de proposta de preços** e indicar qual o item proposto atende cada localidades das tabelas 2 e 3, mediante o preenchimento do **Anexo II - Localidades atendidas**;

7.3.3. Os valores apresentados na proposta devem incluir todos os custos diretos e indiretos e despesas relativas à execução do objeto a ser contratado, tais como: tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto;

7.3.3.1. Quaisquer tributos, custos diretos ou indiretos e despesas omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham sido objeto de desclassificação no julgamento das propostas, por caracterizarem preço inexecutável, serão considerados como inclusos no valor da proposta, não sendo considerados pleitos de reajustes, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento ser realizado sem ônus adicionais;

- 7.3.4. No julgamento de classificação e aceitação das propostas, será adotado o critério de MENOR PREÇO, observado o VALOR TOTAL ESTIMADO DO ITEM a que se refira;
- 7.3.5. Os valores estimados pela Administração servirão de parâmetro de aceitabilidade das propostas ofertadas, tanto para o valor total quanto para os valores unitários de cada um dos itens que compõe a proposta;
- 7.3.5.1. O valor dos serviços de instalação estão limitados ao valor de uma mensalidade do respectivo link a ser instalado, ou seja, **SERÃO DESCLASSIFICADAS** propostas que, após negociação, restarem com valor de instalação superior ao valor da mensalidade do respectivo item.
- 7.3.5.2. As propostas com valores superiores àqueles estimados pela Administração poderão ser apreciadas na fase de negociação objetivando sua redução, podendo ser recusadas as propostas que, após serem submetidas à negociação, mantiverem seu preço acima desse valor máximo;
- 7.3.6. Sendo frustrada a negociação para atingir o valor estimado pela Administração e dado ao licitante interessado o direito de comprovar as razões pelas quais sua proposta apresenta preço superior valor estimado, se:
- 7.3.6.1. **Não restar comprovado** que o valor da proposta ofertada é compatível com os preços de mercado, **o Pregoeiro recusará sua proposta** e direcionará à licitante imediatamente classificada, e assim, sucessivamente, até a obtenção de proposta julgada aceitável;
- 7.3.6.2. **Restar comprovado** que o valor da proposta ofertada é compatível com os preços de mercado, estando justificadamente acima do valor estimado pela Administração, **o Pregoeiro poderá aceitar a proposta.**
- 7.3.7. Serão desclassificadas as propostas em desacordo com os critérios estabelecidos neste item;
- 7.3.8. Será declarado vencedor o licitante que ofertar o menor preço para o item.
- 7.3.9. Os itens 01 e 02 deverão ser contradados para fornecedores distintos, de forma que, se o mesmo licitante apresentar melhor proposta para ambos os itens, deverá optar por um deles.

7.4 DA VISTORIA TÉCNICA:

- 7.4.1. O TRE-RO **recomenda** que as licitantes interessadas realizar ofertas nos itens 01 e 02 que visitem os endereços de instalação indicados em cada item para ter conhecimento de todas as condições do local e dirimir possíveis dúvidas sobre o nível de complexidade e as expectativas da contratante para o objeto a ser licitado.
- 7.4.2 A vistoria técnica não é condição para participar do certame, mas a licitante fica ciente de que não poderá alegar posteriormente qualquer intercorrência relacionada ao não conhecimento prévio das condições da infraestrutura e dos dados do contratante.

7.5 HABILITAÇÃO TÉCNICA:

- 7.5.1. As licitantes deverão apresentar as seguintes documentações;
- 7.5.1.1. Atestado de Capacidade Técnico-Operacional em nome da empresa, comprovando a prestação de serviços ou execução de atividades de Serviços de Comunicação Multimídia (SCM), no Estado de Rondônia, com largura de banda maior ou igual a 50% (cinquenta por cento) da largura de banda ofertada.
- 7.5.1.1.1. Os atestados poderão ser expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo constar no mínimo o CNPJ e endereço da entidade emitente, além de conter a data de emissão, número e vigência do contrato, o nome, função e telefone do responsável e no atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado o nome completo e CPF do signatário. Tratando-se de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado, **poderão** ser apresentados com firma reconhecida em cartório da assinatura aposta, evitando-se eventuais diligências de veracidade pelo Pregoeiro.
- 7.5.1.1.2. O atestado exigido neste TR considerou velocidade de link 50% do pretendido, de maneira que não será aceito o somatório de atestados para comprovar a capacidade técnica na prestação do serviço. Sendo necessário ao menos 01 (um) atestado que preencha o requisito listado.
- 7.5.1.2. Outorga emitida pela ANATEL para operar enlaces de comunicação de dados multimídia, no mínimo, em todo o território de abrangência do respectivo item ofertado.
- 7.5.1.3. A contratada deve atender, também, aos seguintes requisitos de interligação de backbones:
- 7.5.1.3.1. Deverá possuir canais dedicados, interligando-o diretamente a, pelo menos, 02 (dois) Sistemas Autônomos (Autonomous Systems - AS) nacionais com velocidade mínima de 10 Gbps.
- 7.5.1.3.2. A CONTRATADA deve estar ligada a no mínimo 02 IX (PTT) - Ponto de Troca de Tráfego Nacionais.

8. DO CONTRATO

8.1 PROCEDIMENTO PRÉVIOS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

- 8.1.1. Em face das demandas e na existência de disponibilidade orçamentária para a contratação, a adjudicatária será formalmente convocada, dentro do prazo de validade do compromisso, para assinatura do contrato, adaptado à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 10.520/2002 e, de forma subsidiária, a Lei n. 8.666/93.
- 8.1.2. No ato da assinatura do contrato a adjudicatária deverá apresentar regularidade, podendo ser consultado o **SICAF** e, caso não comprove, deverá exibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. **Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, a compromissária deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste**

termo de referência.

8.1.3. Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a adjudicatária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO no prazo máximo de 03 (três) dias úteis

8.1.4. Após a realização do cadastro e liberação pela Seção de Contratos, a adjudicatária será convocada para assinar o contrato, nos Termos da minuta ajustada à proposta vencedora, devendo realizar a **assinatura eletrônica** no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação da Seção de Contratos.

8.1.5. Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para assinatura, preferencialmente, digital e devolução direta ou impressão, assinatura física e devolução via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela compromissária. **O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.**

8.1.6. Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

8.1.7. Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.

8.1.8. À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE/RO que venha a substituí-la ou alterá-la. Supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

8.1.9. O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a adjudicatária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

8.2. DA VIGÊNCIA E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

8.2.1. De acordo com a definição apresentada no art. 15 da Instrução Normativa n. 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

“Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional”.

8.2.2. Como visto, não existe um rol taxativo de serviços que devem ser caracterizados como continuados, haja vista a necessidade de analisar o contexto fático de cada contratação, a fim de verificar o preenchimento ou não das características elencadas. O que caracteriza um serviço como de natureza contínua é a imperiosidade da sua prestação ininterrupta em face do desenvolvimento habitual das atividades administrativas, sob pena de prejuízo ao interesse público.

8.2.3. Assim, é possível concluir que a presente contratação é um serviço continuado, pois é prestado de forma permanente para garantir a interligação do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e/ou suas unidades à rede mundial de computadores, Internet, sendo que tal serviço é estrutura de comunicação imprescindível às atividades judiciais e administrativas.

8.2.4. Nessa linha, o prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, por igual período, tendo como condição para contratação com esta administração, a regularidade perante a Fazenda Federal, Justiça Trabalhista, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e manutenção destas regularidades e fiel execução do objeto para prorrogação do contratual.

8.3. DO REAJUSTE E DE EVENTUAL REEQUILÍBRIO

8.3.1. Os valores contratados neste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{IST\ I - IST\ Io}{IST\ Io} \times 100$$

Onde:

I) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

Io = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;

II) para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

Io = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

8.3.1.1. O valor reajustado poderá ser registrado por intermédio de apostila;

8.3.2. Admite-se **eventual reequilíbrio** na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93.

8.4. DAS ALTERAÇÕES:

8.4.1. Conforme indicado no edoc da Análise de Viabilidade da contratação (0409320), quando do registro dos requisitos de manutenção do contrato, como medida prudencial, para mitigar de riscos à solução contratada e afastar a possibilidade de sua descontinuidade, deve-se considerar a possibilidade de ampliação das demandas que ensejarão potenciais manutenções adaptativas e/ou evolutivas.

8.4.2. Dentre essas, ressaltam-se a instalação de novas zonas eleitorais e/ou postos de atendimento ao eleitor, a reestruturação organizacional ou quaisquer circunstâncias contingenciais supervenientes à assinatura contratual.

8.4.3. Assim, considera-se a possibilidade de termo aditivo com percentual superior ao permitido pela legislação (25%), que por força dos §§ primeiro e segundo do artigo 65 da Lei Federal n. 8.666/93 nos é imputado. Em **situações excepcionais**, pode-se considerar a Decisão Plenária do TCU n. 215/99, pela qual acena favorável que, devidamente justificada, a inobservância dos limites acima citados pode ser acatada.

8.4.4. Eventuais supressões superiores ao limite definido no § 1º, serão objeto de acordo entre as partes, na forma do § 2º, II, do mesmo artigo 65 da Lei de Licitações.

8.5. DAS VEDAÇÕES:

8.5.1. Tratando-se de faculdade conferida pelo no art. 72 da Lei n. 8.666/93, fica **vedada a subcontratação** dos Serviços de Comunicação Multimídia (SCM) para os **Links de Acesso a Internet Dedicados (itens 01 e 02)**, devendo a contratada possuir infraestrutura própria para prestá-lo fim-a-fim, ou seja, do Data Center do TRE-RO até aos Sistemas Autônomos (AS);

8.5.2. **Será admitida a subcontratação para os itens 03 e 04**, neste caso a CONTRATADA será a única responsável pela entrega dos serviços ao TRIBUNAL, conforme especificado neste Termo de Referência;

8.5.2.1. A CONTRATANTE não fará interações técnicas nem administrativas com a subcontratada.

9. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1.1. Além de outras obrigações previstas neste Instrumento no Edital de Pregão e seus anexos, são obrigações da Contratante:

9.1.1.1. Cumprir e fazer cumprir todas as condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Contrato, no Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos e na proposta da Contratada;

9.1.1.2. Expedir Ordem de Serviço determinando à Contratada a execução dos serviços instalação, alteração de endereço e desinstalação de link;

9.1.1.3. Receber provisoriamente os serviços de instalação dos links no ato de sua entrega pela Contratada, mediante aferição da largura de banda instalada no local e emissão de Termo de Recebimento Provisório expedido pelo Fiscal do Contrato.

a) somente será recebida instalação que a aferição de largura de banda resulte em velocidade igual ou superior ao previsto;

b) recusar os serviços entregues em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, no Edital, na proposta da Contratada e no Contrato ou que apresentem vício de qualidade ou impropriedade para o uso, mediante expedição de Termo de Recusa de Serviços emitido pelo Gestor ou Fiscal do Contrato, do qual deverá constar o motivo da recusa, prazo para correção dos serviços e as penalidades cabíveis pelo não cumprimento dessa obrigação;

c) o recebimento provisório dos serviços não implica sua aceitação.

9.1.1.4. o recebimento definitivo dos serviços de instalação se dará automaticamente no prazo de 03(três) dias úteis, sem que tenham havidos registros de interrupção dos serviços.

9.1.1.5. prestar as informações/esclarecimentos solicitados pela contratada relacionados e necessários à execução dos serviços contratados;

9.1.1.6. Promover o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, registrando nos autos as falhas detectadas e comunicando à contratada quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

9.1.1.7. Notificar a contratada para cumprir obrigação assumida com a assinatura do contrato, dando-lhe o prazo que entender compatível para o adimplemento, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

9.1.1.8. analisar e conceder ou denegar pedidos de prorrogação de prazo de execução ou de correção dos serviços;

9.1.1.9. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento;

9.1.1.10. tomar todas as medidas respaldadas pela legislação e pelas regras da contratação (edital e contrato) para garantir a plena execução dos serviços contratados e todas as demais obrigações estabelecidas pelo contrato.

9.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.2.1. Além das demais obrigações previstas no Edital de Pregão e seus anexos, são obrigações da Contratada:

9.2.1.1. Executar o objeto do Contrato de acordo com as especificações, condições, preços e prazos estabelecidos no Edital de Pregão Eletrônico, em sua proposta e no Contrato, em especial no que se refere às características dos equipamentos que compõem a infraestrutura de prestação dos serviços e aos procedimentos de implantação e características dos links de comunicação necessários à execução dos serviços;

9.2.1.2. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL;

9.2.1.3. Instalar ou alterar o endereço dos links nos prazos especificados no objeto, contados do recebimento da Ordem de Serviço;

9.2.1.4. Manter o serviço funcional e sem interrupções, contados da entrega formal da instalação;

a) O transcurso de 03(três) dias úteis sem registro de interrupção dos serviços é condição para que seja efetuado o recebimento definitivo da implantação.

b) Em caso de interrupção do funcionamento do serviço neste período, o prazo será interrompido e reiniciada a contagem;

c) Serão admitidas apenas duas ocorrências interrupções dos serviços com o reinício de contagem do período sem aplicação de sanções administrativas;

d) No caso de links instalados para atender períodos curtos e pré determinados, a interrupção dos serviços que prejudique o andamento dos serviços poderá caracterizar inexecução contratual.

9.2.1.5. Prestar suporte técnico, durante toda a vigência do contrato, por meio de telefone do tipo 0800, aplicativo de mensagem, sitio eletrônico e/ou e-mail, com a finalidade de resolver problemas de funcionamento ou orientar o TRE-RO quanto à perfeita utilização dos serviços contratados, durante 24 horas por dia e 07 dias por semana, incluindo fins-de-semana e feriados;

9.2.1.6. Solucionar os problemas de funcionamento dos serviços nos prazos máximos estipulados no objeto, contados da abertura do chamado para prestação do suporte técnico;

9.2.1.7. Garantir os requisitos de **qualidade e disponibilidade** estipulados no objeto, sob pena de aplicação dos descontos previstos nas regras do Acordo de Nível de Serviço;

9.2.1.8. Realizar as alterações de endereço dos links nos prazos especificados no objeto, contados do recebimento da Ordem de Serviço;

9.2.1.9. Desinstalar links, com o devido recolhimento dos equipamentos, nos prazos especificados no objeto, contados do recebimento da Ordem de Serviço;

9.2.1.10. Apresentar, até o 5º dia do mês subsequente à execução dos serviços, Nota Fiscal/Fatura, preferencialmente, na forma eletrônica, discriminando os serviços executados e os respectivos valores de cada um deles, devendo o vencimento da referida Nota Fiscal/Fatura ser de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis, contados da sua apresentação;

a) A Nota Fiscal/Fatura, na forma eletrônica, poderá ser encaminhada através do correio eletrônico contratosti@tre-ro.jus.br ou disponibilizada para download em sitio eletrônico, desde que haja notificação à contratante na data em que a NF/fatura for disponibilizada;

9.2.1.11. Dirigir à Gestão do Contrato eventuais pedidos justificados de prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações;

9.2.1.12. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. Eventuais acréscimos superiores a esse percentual, em situações excepcionais, obedecerão aos requisitos definidos na Decisão Plenária do TCU n. 215/99. As supressões acima desse limite poderão ocorrer por acordo entre as partes;

9.2.1.13. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.1.14. Cumprir determinação do Fiscal do Contrato para adimplemento de obrigação assumida com a celebração do ajuste, no prazo determinado na notificação, sob pena de aplicação de penalidades caso persista, de forma injustificada, a inadimplência;

9.2.1.15. assinar, junto com o contrato, os **Termo de Responsabilidade e Sigilo** e apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da solicitação pelo fiscal ou gestor;

9.2.1.16. Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela Contratante;

9.2.1.17. Responder, nos termos do Artigo 70, da Lei n. 8.666/93, por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais causados ao contratante ou a terceiros, por seus empregados, prestadores de serviços e prepostos, em atividade nas dependências do contratante ou outras a seu mando, desde que fique comprovada a responsabilidade;

9.2.1.18. Assumir total responsabilidade pelo controle de obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias que contrair em razão da prestação de serviços;

9.2.1.19. Não admitir no seu quadro societário, de funcionários ou prestadores de serviços, funcionário ou membro da administração do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, ainda que em gozo de licença não remunerada nas hipóteses em que couber, mesmo na condição de subcontratado;

9.2.1.20. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.

9.3 DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS

9.3.1. O ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS é o ajuste estabelecido entre o órgão contratante e a contratada prestadora dos serviços, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

9.3.2. O principal instrumento de controle utilizado durante a execução contratual será a **“Avaliação da qualidade da prestação dos serviços pela contratada”**;

9.3.3. A verificação do cumprimento da qualidade e disponibilidade mínimas definidos neste instrumento, será feita com base no monitoramento da ferramenta do Contratante e/ou de ferramenta similar oferecida pela contratada;

9.3.4. O Período de Não Funcionamento do Enlace - PNF será registrado em minutos, sendo iniciado a partir do momento da indisponibilidade do enlace e encerrado no momento aceite da manutenção (fechamento do chamado) efetivado pela fiscalização do Contrato;

9.3.5. O somatório dos PNF será o tempo considerado como base para avaliar o cumprimento da disponibilidade mínima mensal dos serviços contratados;

9.3.6. Quando o somatório dos PNF, no mês, for menor ou igual a indisponibilidade mensal admitida, o valor referente a esse período de indisponibilidade será descontado do valor contratado, sendo o valor do desconto obtido da seguinte forma:

$$VD = \left[\frac{VMAE}{DM} \times \Sigma PNF \right]$$

Onde ,

VD = Valor do desconto

VMAE = Valor mensal do enlace

DM = Disponibilidade mensal (quantidade de dias do mês x 1.400 minutos)

Σ PNF = Somatório de todos os Período de Não Funcionamento do Enlace – PNF no mês (em minutos)

9.3.7. Quando o somatório dos PNF, no mês, for superior a indisponibilidade mensal admitida, o valor referente a esse período de indisponibilidade será descontado do valor contratado, sendo o valor do desconto referente ao tempo de indisponibilidade que extrapolar esse percentual o dobro do valor contratado, obtido da seguinte forma:

$$VD = \left[\frac{VMAE}{DM} \times (1 - DMC) \times DM \right] + 2 \times \left\{ \frac{VMAE}{DM} \times [\Sigma PNF - (1 - DMC) \times DM] \right\}$$

Onde ,

VD = Valor do desconto

VMAE = Valor mensal da assinatura do enlace

DM = Disponibilidade mensal (quantidade de dias do mês x 1.400 minutos)

DMC = Disponibilidade mensal contratada (conforme especificado no objeto)

Σ PNF = Somatório de todos os Período de Não Funcionamento do Enlace – PNF no mês (em minutos)

9.3.8. Não serão computados no PNF os minutos de paradas programadas, solicitadas com antecedência mínima de 72h a contratante, que poderá indeferir o pedido em razão de conflito do período com atividades essenciais do órgão.

9.4 DO PAGAMENTO:

9.4.1. O pagamento do objeto será efetuado mensalmente, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 10 dias corridos contado da data em que for devidamente atestada a Fatura/Nota Fiscal pelo Gestor ou Fiscal do Contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

9.4.2. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar, até o 5º dia do mês subsequente à execução dos serviços, Nota Fiscal/Fatura, preferencialmente, na forma eletrônica, discriminando os serviços mensais e/ou eventuais executados e os respectivos valores de cada um deles, comprovando, sempre que solicitado, regularidade junto ao SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça, sendo que a regularidade junto ao SICAF, poderá ser suprida pela apresentação de comprovação de regularidade perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.3. A Nota Fiscal dos serviços prestados deverá ser apresentada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias corridos antes da data de seu vencimento, para que o Gestor ou Fiscal do Contrato possa realizar sua verificação e, não havendo problemas, o aceite;

9.4.4. A Nota Fiscal/Fatura, na forma eletrônica, deverá ser encaminhada para o e-mail contratosti@tre-ro.jus.br ou outro informado pela contratante;

9.4.4.1. A Nota Fiscal/Fatura poderá ser disponibilizada em sistema WEB, desde que envie notificação, sempre que uma nova fatura for disponibilizada, ao e-mail contratosti@tre-ro.jus.br ou outro informado pela contratante;

9.4.4.2. Poderá haver faturamento proporcional (pró-rata) da data de instalação do link até o fechamento do período de faturamento ou do início do período até a desativação do link;

9.4.4.3. Quando do faturamento pró-rata, a contratada deverá fazer constar na fatura o período de faturamento e

respectiva localidade.

9.4.4.4. Nos casos de links eventuais de acesso à Internet banda larga que forem utilizados por período inferior a 15 dias, o pagamento será de 50% (cinquenta por cento) da respectiva mensalidade;

9.4.5. Quando da execução de serviços de instalação, o faturamento dos mesmos deverá ser incluído na fatura do mês de referência com a devida descrição e indicação da localidade atendida;

9.4.6. Os descontos referentes aos Períodos de Não Funcionamento do Enlace – PNF, conforme previsto neste instrumento, deverão ser contemplados nas faturas apresentadas, caso isso não ocorra, esses valores serão glosados no momento do pagamento;

9.4.7. Caso a contratada não apresente regularidade perante a Fazenda Federal, Justiça Trabalhista, à Seguridade Social (INSS) ou ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o fiscal do contrato notificará a empresa para regularização da situação, dando prazo para cumprimento da determinação, sujeitando-se a contratada, no caso de não adimplir essa obrigação, à penalidade prevista para o não cumprimento da determinação do fiscal do contrato;

9.4.8. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida;

9.4.9. Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento da Nota Fiscal, os fatos serão informados à CONTRATADA para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança;

9.4.10. Após o encerramento do contrato, os serviços utilizados decorrentes desta contratação deverão ser cobrados em um prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, sob pena de decadência;

9.4.11. Valores relativos à obrigações financeiras decorrentes de aplicação de penalidade pela Administração poderão ser descontados de pagamentos devidos à contratada, até que as penalidades sejam liquidadas;

9.4.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6/100) I = 0,00016438$

365 365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9.4.13. A compensação financeira prevista deverá ser incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Se a licitante vencedora descumprir as condições do Edital de Pregão ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas leis . 10.520/02 e n. 8.666/93.

10.2. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/02 e do artigo 28 do Decreto n. 5.450/05, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a LICITANTE que:

10.2.1. quando, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Termo de Contrato;

10.2.2. deixar de entregar documentação exigida no edital;

10.2.3. apresentar documentação falsa;

10.2.4. não mantiver a proposta;

10.2.5. comportar-se de modo inidôneo;

10.2.6. fizer declaração falsa;

10.2.7. cometer fraude fiscal;

10.2.8. ensejar o retardamento da execução do objeto do certame; e

10.2.9. falhar ou fraudar na execução do contrato.

10.3 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas em decorrência da assinatura do contrato, garantida a ampla e prévia defesa, sujeitará a contratada à multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei 8.666/93, **sem prejuízo da possibilidade de declaração da inexecução parcial ou total do contrato**, na seguinte forma:

Tabela 5 - Penalidades

			BASE DE INCIDÊNCIA	VALOR DE
Termo de Referência 2 (0892767)	SEI 0002624-20.2021-0.22.00007	pg. 10		

TIPO	PENALIDADE	GRAVIDADE	DA MULTA	REFÊRENCIA
Atraso injustificado de 1(um) a 10(dez) dias na instalação de link dedicados (item 01 ou 02).	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 2% (dois por cento) ao dia, até o limite de 10(dez) dias.	Valor instalação do link afetado
Atraso injustificado de 11(onze) a 30(trinta) dias na instalação de link dedicados (item 01 ou 02).	Mora contratual	ALTA	Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da instalação do link + multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor do contrato, até o limite de 20(vinte) dias.	Valor instalação do link afetado e valor do contrato
Atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias na instalação de link dedicados (item 01 ou 02).	Inexecução contratual	ALTA	Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da instalação do link + Multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato + Sanções do Art. 87 da Lei 8.666/93.	Valor instalação do link afetado e valor do contrato
Terceira interrupção dos serviços durante o Período de Funcionamento Experimental – PFE	Mora contratual	BAIXA	Multa de 5% (dez por cento)	Valor da mensalidade do link afetado
Quarta interrupção dos serviços durante o Período de Funcionamento Experimental – PFE	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 10% (dez por cento)	Valor da mensalidade do link afetado
Quinta e demais interrupções dos serviços durante o Período de Funcionamento Experimental – PFE	Mora contratual	ALTA	Multa de 20% (dez por cento)	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 1(uma) a 5(cinco) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviço.	Mora contratual	BAIXA	Multa de 1% (um por cento) por hora, até o limite de 5(cinco) horas.	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 6(seis) a 10 (dez) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviço.	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 5% (cinco por cento) + multa de 2% (dois) a hora, até o limite de 5(cinco) horas.	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado superior a 10 (dez) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviços.	Mora contratual	ALTA	Multa de 15% (quinze por cento) + multa de 3% (três por cento) a hora, até o momento da solução do problema de funcionamento, até o limite de 60% do valor da mensalidade.	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 1(uma) a 5(cinco) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviço durante o período eleitoral.	Mora contratual	ALTA	Multa de 5% (dois por cento) a hora, até o limite de 5(cinco) horas.	Valor da mensalidade do link afetado

Atraso injustificado de 6(seis) a 10(dez) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviços durante o período eleitoral.	Mora contratual	ALTA	Multa de 25% (vinte por cento) + multa de 0,2% (vinte centésimos por cento) a hora, até o limite de 10(dez) horas.	Valor da mensalidade do link afetado e Valor do contrato
Atraso injustificado superior a 10(dez) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviços durante o período eleitoral.	Inexecução contratual	ALTA	Multa moratória de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da assinatura do link + Multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato + Sanções do Art. 87 da Lei 8.666/93.	Valor da mensalidade do link afetado e Valor do contrato
Não atendimento à disponibilidade mínima mensal durante 5(cinco) meses não consecutivos em um período de 12(doze) meses.	Inexecução contratual	BAIXA	Multa de 10%	Valor da mensalidade do link afetado
Não atendimento à disponibilidade mínima mensal por dois meses consecutivos.	Inexecução contratual	MÉDIA	Multa de 20%	Valor da mensalidade do link afetado
Não atendimento à disponibilidade mínima mensal por três meses consecutivos.	Inexecução contratual	ALTA	Multa de 30%	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 1(um) a 3(três) dias na instalação de links banda larga.	Mora contratual	BAIXA	Multa de 1% (um por cento) ao dia, até o limite de 3 (três) dias.	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 4(quatro) a 7 (sete) dias na instalação de links banda larga.	Inexecução contratual	MÉDIA	Multa de 3% (três por cento) + multa de 2% (dois por cento) ao dia, até o limite de 4(quatro) dias.	Valor da mensalidade link afetado
Atraso injustificado superior a 7(sete) dias na instalação de links banda larga.	Inexecução contratual	ALTA	Multa de 11% (onze por cento) sobre o valor da mensalidade + multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.	Valor da mensalidade do link afetado e valor do contrato
Interrupções dos serviços durante o Período de Funcionamento Experimental – PFE de links Banda Larga que prejudique o andamento das atividades	Inexecução contratual	ALTA	Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da ordem de serviço para o link afetado + Multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato + Sanções do Art. 87 da Lei 8.666/93.	Valor da ordem de serviço do link afetado e valor do contrato
Primeiro atraso injustificado de 3(três) dias no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal	Mora contratual	BAIXA	Multa de 0,5%	Valor do contrato

notificada pelo fiscal ou gestor do contrato.				
Segundo atraso injustificado de 05(cinco) dias no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato.	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 1%	Valor do contrato
Terceiro atraso injustificado de 05(cinco) dias no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato.	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 2%	Valor do contrato
Quarto atraso injustificado de 05(cinco) dias ou primeiro atraso superior a 7(sete) dias.	Inexecução contratual	ALTA	Multa de 5% + Sanções do Art. 87 da Lei 8.666/93.	Valor do contrato

10.4 Poderão ser aplicadas à licitante vencedora, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas neste edital e seus anexos, as seguintes penalidades:

10.4.1. advertência;

10.4.2. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

10.4.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.4.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

10.5 As sanções previstas neste capítulo SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, deste instrumento, poderão ser aplicadas de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital;

10.6 Da aplicação de penalidades será garantido o direito do contraditório e da ampla defesa;

10.7 No caso de a adjudicatária ou contratada ter valor a receber deste Tribunal e não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.(Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011);

10.8 No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a Contratada não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da IN TRE-RO 05/2009);

10.9 No caso de a contratada não ter nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor da multa ou condenação aplicada será recolhido através de GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

10.10 No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei n. 10.522/02);

10.11 Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE/RO – CAI2;

10.12 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante;

11. DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1. O Coordenador de Segurança, Infraestrutura e Comunicação, ou seu substituto ficará responsável pela gestão do contrato;

11.2. A Seção de Infraestrutura e Comunicação ficará responsável pela fiscalização do contrato;

12. DOS ANEXOS

12.1. São anexos deste TR:

12.1.1. Anexo I - Modelo padrão de proposta de preços (0877427);

12.1.2. Anexo II - Localidades atendidas (0877694)

12.1.3. Anexo III - Termo de responsabilidade e sigilo (0888932)



Documento assinado eletronicamente por **FILIPPE TEIXEIRA, Coordenador(a)**, em 04/10/2022, às 10:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUZEVAN SARAIVA DA SILVA, Chefe de Seção**, em 04/10/2022, às 10:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Azevedo Andrade Júnior, Chefe de Seção**, em 04/10/2022, às 11:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO HENRIQUE BARRETO MARROCOS, Chefe de Seção em Substituição**, em 04/10/2022, às 11:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0892767** e o código CRC **CA92543E**.

0002624-28.2021.6.22.8000

0892767v15